Anais | III Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura - SEMLACult
Actas | III Seminario Latinoamericano de Estudios en Cultura - SEMLACult
Novembro de 2020, Online | semlacu.lt
Resumos Expandidos

Pensamento Conservador e Educação no Brasil

Pensamiento y educación conservadores en Brasil

Vanilda Maria de Oliveira[1]

Resumo

A educação sexual assim como a discussão transversal de gênero e sexualidade na escola têm sido alvo de embates e controle político e que geram também acalorados debates na sociedade. Apresento aqui como movimentos políticos conservadores têm estimulado a abordagem desses temas na escola desde que seja de uma perspectiva sexista, higienista e eugenista e, de outro lado, como setores progressistas validam a importância dessa discussão como fundamental para a construção de uma sociedade democrática em que predomine valores como respeito, liberdade, igualdade e pluralidade. Nessas lutas políticas pela inclusão ou não dessas pautas e o modo de inclusão estão sendo discutidas o próprio papel da educação escolar, apesar dele já estar constitucionalmente definido. Esse trabalho é resultado de pesquisa bibiográfica e documental, incluindo análise da LDB, constituição e Projeto de Lei Escola Sem Partido.
Palavras-Chave: educação sexual; gênero; sexualidade; papel da educação escolar.

Resumen

La educación sexual, así como la discusión transversal sobre género y sexualidad en la escuela, han sido objeto de enfrentamientos y controles políticos y también han generado acalorados debates en la sociedad. Presento aquí cómo los movimientos políticos conservadores han estimulado el abordaje de estos temas en la escuela ya que es desde una perspectiva sexista, higienista y eugenésica y, por otro lado, como sectores progresistas validan la importancia de esta discusión como fundamental para la construcción de una sociedad democrática en la que Predominan valores como el respeto, la libertad, la igualdad y la pluralidad. En estas luchas políticas por la inclusión o no de estos lineamientos y la forma de inclusión, se discute el papel mismo de la educación escolar, aunque ya está constitucionalmente definido. Este trabajo es el resultado de una investigación bibliográfica y documental, que incluye el análisis de la LDB, la constitución y el Proyecto de Ley Escuela Sin Partido.

Palabras clave: educación sexual; género; sexualidad; papel de la educación escolar.

1. Introdução

A performance de gênero e o exercício da sexualidade têm sido preocupações políticas no Brasil desde o início do Século XX, mas têm ganhado centralidade nos discursos políticos eleitorais na segunda década do Século XXI. Os usos sexuais dos corpos já foram discutidos em debates presidenciais, como ocorreu na eleição de 2014, em que um dos candidatos, Levy Fidelix, afirmou que não admite família composta por homossexuais como tal, pois “dois iguais não fazem filhos” e “aparelho excretor não reproduz", evidenciando uma defesa da sexualidade heterossexual e reprodutiva. Durante essa eleição e na seguinte, de 2018, temas como discussão de gênero e sexualidade na escola também foram geradores de debates, sendo usados como discursos ideológicos da direita conservadora. Esta afirma de forma falaciosa e

[1] (Doutora em Sociologia; Professora adjunta da Unemat; Nova Xavantina, Mato Grosso, Brasil; vanildamo@gmail.com).

tendendiosa que a implantação de gênero e sexualidade como temas transversais na educação têm o objetivo de convencer as crianças e adolescentes a mudar de gênero e orientação sexual.

De outro lado, progressistas têm defendido que a discussão de gênero e sexualidade na escola objetiva tratar de valores como respeito e solidariedade, contribuir para eliminar preconceitos e levar as crianças e jovens a refletir sobre a importância de se aceitar e ao "outro", como escreve Furlani.

> Essa educação pode ser vista como uma forma da Escola contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, na busca pela paz, contra as muitas formas de exclusão baseadas no sexo (o sexismo e o machismo), no gênero (a misoginia), na raça (o racismo) e na sexualidade (a homofobia, a lesbofobia, a transfobia), na origem e classe social (a xenofobia). Resgatar valores humanos e considerar a diferença como positiva é contribuir para uma sociedade onde as pessoas sejam, efetivamente, mais felizes (FURLANI, 2009, p. 47).

Quero realizar aqui um apanhado histórico de como gênero e sexualidade fizeram parte da educação escolar brasileira, mas que, até o início do Século XXI, era perfeitamente tolerada e estimulada, desde que mantivesse pautas conservadoras sexistas, homofóbicas e eugenistas.

Ainda hoje, a educação sexual é tolerada se abordada na escola na perspectiva do risco e das doenças, para prevenir os problemas de saúde como forma de controle dos agravos (Palma et al., 2015). Isso ocorre geralmente em palestras de estudantes da área da saúde que vão às escolas apresentar uma série de doenças sexualmente transmissíveis em fotos chocantes, relacionando sexo à doença mais do que discutindo saúde sexual.

Defendo aqui que a escola não pode simplesmente fechar os olhos para a realidade e desconsiderar a perpetuação do preconceito e da violência contra sujeitos LGBTs e mulheres e se isentar do papel de construir uma educação para relações mais igualitárias e uma sociedade mais democrática.

Metodologicamente, esse trabalho é fruto de investigação bibliográfica com três objetivos: primeiro, de recuperar um histórico da educação sexual implantada nas escolas brasileiras no Século XX, destacando seus temas privilegiados e abordagens; segundo, fazer um levantamento dos discursos conservadores atuais que tentam impedir que gênero e sexualidade sejam discutidos nas escolas e, por fim, buscar as compreensões de setores progressistas sobre a importância dessa discussão nas escolas para a construção de uma sociedade democrática e plural. Foi feita uma busca no Google acadêmico e no Scielo com as palavras-chave educação sexual, Escola Sem Partido, educação e gênero. Capítulos da Lei de Diretrizes e Bases que tratam de gênero e sexualidade como temas transversais e da Constituição sobre a educação também foram incluídos nessa pesquisa.

2. Gênero, sexualidade e educação: campo de disputa

De acordo com Cesar (2009), o percurso histórico das idas e vindas da educação sexual escolar no Brasil tem início em 1933, na cidade do Rio de Janeiro, com discussões entre médicos e educadores que defendiam a presença de uma educação para a higiene sexual dos jovens. Cesar destaca que essa discussão estava repleta de pressupostos higienistas e eugênicos.

A preocupação eugenista era de que a degeneração sexual do brasileiro estava levando a degeneração racial, ou seja, sua depravação racial levava a impureza racial e, por isso, piorava o Brasil. Desejavam por meio da educação sexual que os brancos (os que tinham acesso à educação) não mais se misturassem sexualmente e, portanto, racialmente com as

"raças inferiores" que compunham o Brasil (BRITZMAN, 2000). Quanto a preocupação higienista, também repleta de cunho moral, esperava-se o combate à masturbação e às doenças venéreas, além do preparo da mulher para ser esposa e mãe (RIBEIRO, 2013).

A segunda onda da educação sexual brasileira ocorreu no início dos anos 1960 já desfrutada de um clima de "renovação pedagógica", influenciada pelas críticas sociológicas sobre os sistemas educacionais. A essa época, as ideias higienistas e eugenistas estavam sendo superadas ou pelo menos mais silenciadas. Professores de sociologia e biologia falavam sobre sexualidade e contracepção, especialmente em São Paulo, Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Essas atividades ocorriam em grupo, palestras com profissionais, atendimentos individuais para tirar dúvidas ou com a presença dos pais. Os temas já eram definidos pelos professores ou por demanda.

Contudo, a ditadura impôs um regime de controle e moralização dos costumes, numa aliança entre militares e grupos conservadores da igreja católica. Assim, a educação sexual foi proibida. Escolas e educadores passar a ser vigiados de perto. Denúncias por parte de pais ou alunos geravam investigações, interrogatórios e demissões. Aliás, pais, militares e religiosos formaram os grupos de vigilantes de educadores durante todo o regime militar cuidando para que não fosse ofertado nenhum conhecimento contrário à moral defendida pelos grupos dominantes (ROSEMBERG, 1985). Mas Rosemberg atenta para um fato muito importante: todo esse processo autoritário ganhou apoio de setores do próprio universo educacional.

Conforme Cesar (2009), a terceira onda da educação sexual surge justamente nos movimentos de redemocratização do Brasil, vinculados a uma reivindicação do movimento feminista. Foi um momento em que o mundo já presenciava movimentos de libertação sexual, o uso do anticoncepcional, planejamento familiar, avanço das mulheres no mercado de trabalho e a força do movimento feminista. No entanto, essa educação sexual libertária dos corpos das mulheres, que representasse uma luta contra o patriarcado desapareceu tão rápido quanto surgiu, dando lugar ao campo epistemológico da saúde. A razão disso foi que os anos 1980 e 1990 foram os anos de ascensão e avanço da epidemia de HIV/AIDS. Essa epidemia teve um grande impacto na educação sexual, adquirindo caráter de educação para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. O fato de a gravidez na adolescência ter sido eleita também como um grave problema social na década de 90 fez do sexo seguro e da prevenção da gravidez precoce os temas preferenciais da educação sexual dali em diante.

> Quase um século depois das primeiras tentativas de organizar um programa de educação sexual nas escolas brasileiras, o "sexo bem educado" certamente não pertence mais ao universo positivista e eugenista das primeiras décadas do século XX. O novo "sexo bem educado" passou agora a ocupar territórios vizinhos, como a ideia de "sexo responsável", "sexo saudável" e "sexo seguro". Assim, podemos dizer que uma "epistemologia" da saúde, da responsabilidade e do binômio risco/segurança vem produzindo uma educação sexual definida por uma ideia específica sobre o "bem viver" (CESAR, 2009, p. 44).

Portanto, novamente, a discussão de um exercício de uma sexualidade livre, prazerosa, saudável, estabelecida em relações de igualdade, teria sido substituída novamente pelo sexo "medicalizado". Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reconhecem a necessidade da educação sexual oficial no Brasil.

Em 2004, no governo do Partido dos Trabalhadores, foi criada no Ministério da Educação (MEC), na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), o projeto Gênero e Diversidade na Escola. Relacionado a esse projeto, foi desenvolvido o "Projeto Escola sem Homofobia", que objetivava desenvolver material

educativo, audiovisual e cartilhas, para ser distribuído em escolas, abordado o tema da diversidade sexual a fim de enfrentar a homofobia.

Esse projeto foi interpretado por grupos conservadores como uma tentativa da esquerda de transformar o gênero e a sexualidade de crianças. Surge então, em 2004, o Movimento Escola Sem Partido (MESP), criado pelo advogado Miguel Nagib, que definiu o Movimento como conservador, com o objetivo de mobilizar princípios religiosos, em defesa da família tradicional e em oposição aos partidos políticos de esquerda.

Em 2014, atendendo a um pedido do deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), Miguel Nagib converteu o discurso do MESP em um anteprojeto de lei que pretendia combater o "abuso da liberdade de ensinar". O projeto visava cercear a liberdade de expressão dos professores, tal qual se fazia à época da ditadura, afirmando que professores deveriam ter liberdade para ensinar, mas não para expressar seus pensamentos, valores e opiniões. O projeto ficou nacionalmente conhecido no meio docente como "lei da mordaça". A proposta pedagógica desse projeto era de que as escolas oferecessem apenas instrução aos alunos, sem contaminá-los com qualquer valor, concepção política ou ideológica, ou seja, a escola forneceria instrução técnico-científica-profissional e caberia a família exclusivamente a educação moral e religiosa, incluindo aí a concepção de gênero e sexualidade de acordo com a perspectiva familiar.

Esse debate ganhou visibilidade e foi central nos embates políticos e científicos entre conservadores e progressistas sobre o papel da escola e da família na educação das crianças. Um aspecto do argumento progressista deve ser aqui enfatizado, como ressalta Seffner (2011), os valores que devem prevalecer na escola não devem ser confundidos com os que predominam em espaços representativos de grupos particulares ou específicos. A escola é espaço público, democrático, de convivência plural, de sociabilização e de humanização e não de imposição de credos, modelos hegemônicos de gênero, etnia e sexualidade. Ademais, construir uma sociedade democrática é um dos papeis da escola, segundo a própria LDB e a constituição. Vale lembrar alguns modos como aparece na lei:

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB n. 9.394/96, Art. 2º)

Além disso, uma educação para o respeito às liberdades individuais e pelo apreço à tolerância com os outros são apontados como princípios da educação escolar.

> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância. (LDB n. 9.394/96, Art. 3º, IV)

Outro problema que merece ser destacado é que os conservadores desprezam os conhecimentos produzidos pelas ciências humanas no que diz respeito à gênero e sexualidade. Se a escola é um espaço de discussão científica, a produção das ciências humanas deve estar incluída. A história, sociologia e antropologia têm demonstrado cientificamente que gênero e sexualidade não são categorias a-históricas e apolíticas, mas socioculturais, temporais e espaciais.

3. Conclusões

No Brasil, o conservadorismo tem uma forte marca de classe, racial e religiosa. Aqui, o conservadorismo reacionário e a perseguição ao pensamento crítico são constantes. Mudaram de forma, abrandaram em alguns momentos, chegaram ao excesso em outros, mas sobreviveram mesmo que estabelecendo alianças com setores progressistas em alguns

momentos. O que acontece no Brasil é que os jogos de poder econômico e político sempre se mantiveram por trás de uma cortina de fumaça alimentada pelo campo moral-religioso. A elite política econômica brasileira tem recorrentemente relacionado discursivamente anticapitalismo com anticristianismo e antimoralismo, com objetivo de criar pânicos morais e, assim, ganhar adesão populacional às suas medidas autoritárias ou antidemocráticas.

É preciso entender que, tanto nas garantias constitucionais quanto nas lutas democrática contemporâneas, a escola não é o lugar de se proteger outros valores que não os democráticos, do direito à uma sociedade livre, igualitária e plural.

Referências

BRASIL, Senado Federal do. *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional*. 1996.

BRITZMANN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 85-111.

FURLANI, Jimena. *Encarar o desafio da educação sexual na escola*. Paraná. Secretaria de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Sexualidade. Curitiba, p. 37-49, 2009.

LEITE, Vanessa. "Em defesa das crianças e da família": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sex, Salud Soc*. Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, Aug. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872019000200119&lng=en&nrm=iso . Acesso em 29 maio 2019.

PALMA, Yáskara Arrial et al . Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, set. 2015 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300016&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 13 de março de 2020. http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-16.

.PENNA, Fernando. "Programa "escola sem partido": uma ameaça à educação conservadora". In: GABRIEL, Carmen; MONTEIRO, Ana Maria & Martins, Marcus Leonardo (orgs). *Narrativas do Rio de Janeiro nas salas de aula de História*. Mauad X, Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, P. R. C. Revisitando a história da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. C. (Org.). *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. 3. ed. Rio Grande: FURG, 2013. p. 11-16.

ROSEMBERG, F. Educação sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*, n. 53, 1985, p. 11-19.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Revista de Estudos Feministas*, v. 19, n. 2, p. 561-572, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200017&lng=en&nrm=iso . Acesso em 13 de março de 2020.